

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes¹

Maria Helena Rauta Ramos²

Resumo

Produto de uma pesquisa, que as autoras desenvolvem, sobre as metamorfoses urbanas em cidades brasileiras, este artigo contém resultados parciais sobre o processo de segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro, enquanto expressão das desigualdades sociais, ou seja, determinado pelas relações sociais de produção. Analisamos a reatualização de clivagens sociais e suas novas formas, procurando vincular o surgimento de enclaves fortificados - em que frações burguesas e da classe média alta vêm construindo seu espaço residencial - à escalada da violência urbana (acompanhada do aumento da discriminação das populações faveladas). Tentamos ainda indicar a revolução informacional como impulsionadora de mutações urbanas importantes.

Palavras-chaves

Violência urbana; Favelas; Desigualdades sociais

Abstract

This article is the result of a research developed by the authors regarding the urban metamorphosis in the cities of Brazil. This article contains partial results on the social-spatial segregation process in the city of Rio de Janeiro as an expression of the social inequality, in other words, verified by the social relation of production. We analyzed the updating of the social cleavage and its new formats in order to link the

¹ Escola de Serviço Social (UFRJ).

² Coordenadora do LOCUSS (UFRJ).

appearance of fortified enclaves in which fractions of the bourgeoisie and the high medium class have been building their residential space - as a response to the increasing urban violence (following the increase of the discrimination of the slums population). We also tried to indicate the informational revolution as a stimulus to important urban mutations.

Keywords

Urban violence; Slums; Social inequalities

Apresentamos, neste artigo, alguns resultados de estudos sobre as transformações urbanas recentes, especialmente aquelas observadas na cidade no Rio de Janeiro, com destaque para a reprodução dos antagonismos sociais em seus espaços residenciais, expressão de um novo padrão de segregação sócio-espacial: de um lado, o surgimento de enclaves fortificados e de outro, o aumento da estigmatização das populações faveladas, provocando, cada vez mais, seu distanciamento social, dado o crescimento da violência urbana, esta exacerbada com o prolongamento e aprofundamento da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002). Nossa concepção de segregação socioespacial pode ser encontrada em Rauta Ramos (2002, p. 133-150), construída tendo como base as discussões de Lojkine (1997, p. 243-278) e Preteceille (1986). No debate atual, registramos, por exemplo, Brun & Rhein (1994) e Ribeiro (2002).

Nosso pressuposto primeiro: a cidade se configura historicamente, ao inscrever no espaço territorial processos de produção e de reprodução social, constituindo-se, ao mesmo tempo, em suporte desses processos (Lefebvre, 1999), na qualidade de força produtiva do capital.

Ademais, as forças produtivas sociais não são reduzidas por Marx a formas organizacionais (divisão e combinação social do trabalho), mas estendidas à pesquisa científica e ao emprego da máquina e meios de comunicação que "aumentam a força produtiva do capital". (Lojkine, 1995, p. 59)

A dinâmica criada na estruturação dos meios de reprodução do capital e, particularmente, da força de trabalho - no que diz respeito aos equipamentos e serviços coletivos (Lojkine, 1997, p. 144-174) -, engendra hierarquias sociais, manifestadas nos locais de residência, onde os segmentos de mais alta renda se apropriam das terras providas de elevado valor de troca (áreas nobres) porque providas dos melhores equipamentos e serviços coletivos. Lojkine faz uma autocrítica quanto ao uso da expressão "meios de consumo coletivos", assim se referindo:

*Nossas análises dos equipamentos coletivos urbanos valorizam a especificidade desses serviços: seu valor de uso é coletivo, ou seja, é dirigido a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente, como bem exemplificam as redes de transporte coletivo, hospitalares, escolares etc.; dificilmente esse valor de uso coletivo é divisível, uma vez que atende a uma função coletiva (...) Por outro lado, é deficiente a classificação desses serviços ao considerá-los “meios de consumo coletivos”. Na realidade, essa questão não trata nem de consumo **final** (bens de consumo individuais), nem tampouco de consumo **produtivo** (bens de produção), mas de uma **relação social de serviço**, cuja forma mais eficaz promove a criação e a circulação não-mercantil da informação. Em resumo, não se pode dizer que a informação é “consumida”, mas sim que um sujeito procura apropriar-se dela sem que, para tanto, um outro, que a detenha, dela se separe; portanto, ao se apropriar de uma informação, um sujeito compartilha-a com outro, numa relação intersubjetiva de construção de sentido e de interpretação, que na verdade não tem “fim” (tal como se destrói o objetivo de um produto consumindo-o). (Lojkine, 2002, p. 27)*

Para definir “áreas nobres” trabalhamos com Topalov (1984, p. 195-198), utilizando sua tipologia quanto aos espaços residenciais, com a qual qualifica como áreas nobres: aquelas concentradoras de equipamentos públicos e privados que servem às frações de classe do grande capital (grandes proprietários e executivos de empresas de grande porte); como áreas intermediárias: as delimitadas pelo médio e pequeno capital, camadas médias ou frações de nível superior e médio das classes trabalhadoras (executivos, profissionais liberais, trabalhadores intelectuais, prestadores de serviço, etc.); e como áreas periféricas: aquelas constituídas como única alternativa de moradia dos trabalhadores braçais (empregados, ocupados de forma intermitente ou mesmo desempregados), caracterizadas pelo baixo nível de qualidade de vida, dada a sua infra-estrutura urbana mínima.

Em contrapartida, a grande maioria dos cidadãos, ou seja, as frações das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo - dada a posição que ocupam na divisão social do trabalho, que não lhes abre oportunidades para elevar seu nível elementar de qualificação profissional (empregados de forma intermitente em serviços domésticos e em serviços gerais; trabalhadores sem vínculo empregatício e sem proteção social,

vinculados ao mercado informal; e desempregados) - ocupam terrenos de pequeno ou quase nulo valor de troca (áreas periféricas, assim caracterizados pela inexistência/insuficiência de infra-estrutura básica. Mesmo que, na cidade do Rio de Janeiro, muitos trabalhadores pobres tenham conseguido se assentar em morros próximos à áreas nobres e intermediárias, classificamos seu espaço residencial de área periférica pelo baixo nível de sua infra-estrutura urbana, elevada taxa de densidade demográfica, área diminuta dos terrenos, nível precário das habitações, baixa qualidade de vida e, fundamentalmente, seu distanciamento das instâncias de poder político. Instaura-se, assim, um agudo processo de segregação socio-espacial.

O processo de acumulação do capital, responsável, em última instância, pela segregação sócio-espacial, tem passado por alterações significativas, observadas desde os anos de 1970, em decorrência principalmente da revolução informacional (Lojkine, 1995 e Boccara, 1983) e do correlato processo de globalização da economia (Chenais, 1996); o que provoca mudanças no mundo do trabalho, fazendo surgir novas contradições na relação capital/trabalho, com inovações no processo de subordinação do trabalho e, ao mesmo tempo, indicam potencialidades novas de superação dos limites impostos pelo capital ao trabalho (Rauta Ramos, 2002). Se as forças produtivas, sob a revolução industrial, são propriedade do capital, na medida em que os trabalhadores são desprovidos dos meios de produção, sob a revolução informacional emerge uma tendência nova: o nível de seu desenvolvimento atual, expresso especialmente pelas superinforvias, concorre para a abertura de novas contradições urbanas, permitindo que alguns meios possam ser apropriados pelos trabalhadores, exemplo: aqueles que dão suporte a constituição das redes de cooperação produtiva construídas pelos micro empreendedores. Essas mutações se reproduzem no território citadino, marcadas principalmente pelo desenvolvimento do trabalho imaterial, difundido pelas redes telemáticas.

Assim, as transformações no processo produtivo, sob a revolução informacional - e a conseqüente disposição de condições materiais para a constituição de uma "potência produtiva", com as redes cooperativas de produção - podem propiciar também a inovação do processo de solidariedade política: pelas mesmas superinforvias, redes internas e externas podem interconectar fluxos materiais e imateriais de recursos políticos, produtos, insumos e informações, ativando a dimensão política de agentes que, ou-

trora isolados, não se utilizavam meios para dar visibilidade social a suas iniciativas. (Rauta Ramos, 2002, p. 59)

As transformações socioeconômicas, geradas ao longo das últimas décadas, são caracterizadas no debate acadêmico fundamentalmente como uma nova reestruturação produtiva, financeirização da economia e integração globalizada do processo produtivo (não apenas dos mercados). Nesse contexto, a produção e a difusão de novas tecnologias de informação e de comunicação (NTIC) parecem se tornar o elo estratégico de transformações no processo de trabalho, esse mesclado cada vez mais pelo trabalho imaterial, com a difusão do *general intellect* - acompanhado da ampliação de processos de interação comunicativa e de redes de mobilização produtiva dos territórios. (Lojkin, 1995, Negri & Lazzarato, 2001 e Cocco, 2000).

Nesse processo de metamorfoses, abre-se o caminho para a definição de novos formatos de produção industrial - e de seus respectivos processos de circulação, troca e consumo da produção - introduzindo novos papéis regionais, circunstâncias propiciatórias para a agenda pública de governos de esquerda e centro-esquerda, compatível com o processo de democratização da sociedade brasileira, através de políticas públicas, com ênfase no desenvolvimento local e na associação de trabalhadores/produtores.

As mutações pelas quais passa o capitalismo, em sua radicalidade, a partir da década de 1970, antecipam as metamorfoses fundadoras de uma nova sociedade. Essas mutações são profundas, ocorrem em escala mundial, e questionam as relações sociais estruturadas no século XX, estabelecidas entre Estados-nações e operadas principalmente nas mais imediatas e visíveis esferas do trabalho, aproximando cada vez mais o "mundo dos negócios" do "mundo da vida". (Rauta Ramos e Souza Barbosa, 2002, p. 85)

Assim, a cidade se diversifica enquanto *locus* do processo imediato e ampliado de produção, sendo visualizados cenários contraditórios que se descortinam: um que atende às exigências impostas pela rentabilidade do capital, e outro, realizador de potencialidades de superação da relação antagônica entre capital e trabalho. A depender da posição que ocupa no processo ampliado de reprodução do capital, hoje, mais do que nunca, mundializado. Desse modo, guarda, em cada país, as particularidades de suas formações sociais.

Essas mudanças no mundo da produção e da reprodução social repercutem no território urbano, especialmente, porque o processo de produção cada vez mais se desloca das fábricas, estendendo-se aos espaços residenciais.

*As novas formas de produção e reprodução da vida social tornam a cidade elemento importante na determinação de particularidades organizacionais extremamente complexas, onde o **general intellect** contribui para rearticular o trabalho manual e o intelectual, configurando uma realidade que se abre ao devir histórico.* (Rauta Ramos e Souza Barbosa, 2002, p. 101)

Na periferia do capitalismo, os processos de urbanização e metropolização, acelerados em quase todos os países, são acompanhados de um agudo processo de segregação sócio-espacial, que se acentua ainda mais, de forma selvagem e veloz, com a atual crise estrutural do processo de reprodução do capital. Entretanto, conforme observa Cocco (2000), as grandes desigualdades sociais e segregações espaciais não impedem que contingentes populacionais urbanos de países periféricos participem de processos de integração mundial dos mercados e dos processos culturais. Essa participação se realiza em graus diferenciados e reproduz as contradições sociais, acentuando esse mesmo processo de segregação, que apresenta determinações também de ordem cultural.

O Brasil, integrado de forma subordinada ao processo de globalização da economia, comporta em suas cidades, processos profundos de fragmentação social e segregação sócio-espacial. Vale a pena ver em Rauta Ramos e Souza Barbosa (2002, p. 85-89) uma introdução à discussão sobre a nova hierarquização dos espaços mundiais. No espaço urbano carioca, ao qual nossa pesquisa dá um especial enfoque, encontramos situações urbanas próximas à barbárie, decorrentes da desigualdade social, que se manifesta na fragmentação econômica, cultural e política, com níveis elevados de deterioração humana. Os novos arranjos dos espaços residenciais, na cidade do Rio de Janeiro, não atenuaram seu histórico processo de segregação sócio-espacial. Ao contrário, suas transformações recentes significam uma reatualização e aprofundamento desse processo, agora exponencial com o aumento da violência urbana.

Semelhante ao que ocorre no Rio de Janeiro - com a agudização da violência, generalizando rituais de barbárie, acompanhado de uma fragmentação sócio-espacial (caracterizada neste artigo como processo

de segregação sócio-espacial), cultural e política, num estado permanente de guerra civil -, as concentrações de pobreza (como por exemplo, Baixada Fluminense e Complexo do Alemão) se verificam em todas as grandes cidades brasileiras.

Mas a segregação sócio-espacial não se expressa sem resistência e lutas sociais. Pode-se afirmar que a violência em metrópoles brasileiras, principalmente aquela manifestada associada ao tráfico de drogas, encontra-se relacionada à ausência de perspectivas de trabalho dos moradores de favelas, que encontram nessa atividade ilegal o meio de ascender socialmente, mesmo que, contraditoriamente, tenha reduzido seu nível de expectativa de vida. Já no período da ditadura militar, final de década de 1970, observa-se manifestações de conflitos sociais e ações coletivas dirigidas por movimentos sociais. Além das lutas sindicais, movidas em articulação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), relativas à conquistas registradas em regulamentações urbanas, há que se ressaltar a importância do Movimento da Reforma Urbana. No entanto, o Movimento dos Sem Terra (MST) é, certamente, o conflito social de maior centralidade hoje no cenário brasileiro. Nas décadas de 1980-1990, houve outras manifestações sociais que, sem uma dimensão relevante, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o *Hip Hop*, implicam em novas formas de apropriação do espaço urbano por parte das classes populares. O MTST, segundo dados fornecidos através de entrevistas com dirigentes do movimento no Rio, foi iniciado em âmbito nacional no Estado de São Paulo, em 1996, no Município de Campinas, pautando-se na formação de ocupações de terrenos públicos e privados. O movimento é composto de moradores de rua, moradores de favelas, pessoas que não podem arcar com o custo do aluguel. No Rio, as divergências políticas entre os participantes acarretou dissidências no movimento. O movimento *Hip-Hop* é constituído pelo RAP (*Rhythm and Poetry*), pelo *break* (dança de rua) e pelo grafite aglutinando pequenos grupos a partir de 14 anos de idade. Embora associado, muitas vezes, a uma violência sem significado aparente, para Sposito (1994) aponta outras imagens possíveis da identidade coletiva e do conflito social na cidade.

Com relação ao MTST, as ocupações de terrenos que se realizam questionam as relações econômicas e políticas dominantes. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, verificam-se inúmeras ocupações de terrenos livres, efetivadas por grupos sociais sem moradia, com grau diferenciado de organização. Mesmo que essas não estejam vinculadas

a uma estratégia política de maior alcance, elas constituem parte das expressões contestatórias registradas no espaço urbano. Entre as ocupações recentes trabalhamos com os dados de Apocalipse e os de Monte Sinai, no bairro de Costa Barros, zona norte da cidade. Esta última foi liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto (uma das dissidências do MTST no Rio), enquanto que Monte Sinai se configura como uma ocupação espontânea. Têm em comum o fato de abrigarem as frações mais empobrecidas da classe trabalhadora e a falta de infra-estrutura urbana.

A violência urbana é um dos processos que pode estar determinando novas configurações de espaços residenciais, e ser um dos elementos para elucidação de conflitos urbanos. Caldeira (2000), em estudo recente, discute o novo padrão de segregação em São Paulo, identificado pelos enclaves fortificados, categoria sob a qual enquadra condomínios fechados residenciais e conjuntos de escritórios ou *shopping centers*. Tanto quanto outros espaços que vêm sendo influenciados e têm sido adaptados, conformando-se à lógica de enclaves fortificados, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos.

O caso dos enclaves fortificados cariocas, qualificado por aquela autora como um novo padrão de segregação sócio-espacial, pode representar também a incorporação de um novo estilo de vida, relacionado a novos comportamentos de consumo, inspirado em metrópoles americanas. Esses comportamentos de consumo, segundo Cocco (2000), não são meramente individualistas, mas constituem esforços de comunicação e de socialização que determinam um sistemático *détournement d'usage* das mensagens da propaganda comercial.

Na Região da Barra, o bairro da Barra da Tijuca concentra a maioria dos condomínios, tanto horizontais como verticais, isto porque esses espaços residenciais requerem grandes lotes, acessíveis em territórios ainda não muito adensados. A Região da Barra da Tijuca - XXIV Região Administrativa - é composta, além da Barra, dos bairros de Joá, Itanhangá, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes e Grumari. A população da região é 129.632 habitantes, com densidade demográfica de 7,4 hab/há (96). Dentre o total de 27.582 domicílios, 30,8% dos chefes desses domicílios apresenta um rendimento mensal maior que 20 salários mínimos. As transformações presentes no bairro da Barra da Tijuca podem ser associadas a processos observados na cidade de Los Angeles (Cocco, 2000 e Caldeira, 2000): grandes aveni-

das, ausência de praças ou espaços públicos de sociabilidade, presença de serviços comerciais e financeiros em espaços fechados, residências construídas em condomínios horizontais e verticais. Os constituídos na forma de conjuntos de edifício, com equipamentos e serviços coletivos, por exemplo, Rio II, na região da Barra da Tijuca, são classificados como de tipo vertical. Aqueles de tipo horizontal, como as quintas, são delimitados em grandes extensões de terrenos, com unidades residenciais unifamiliares. Na sua arquitetura, observa-se, como tendência, uma crítica ao modernismo - um misto de traços predominantes no passado, que caracteriza a passagem, no domínio urbano, para a contemporaneidade, denominado por alguns de pós-modernidade.

Nos condomínios verticais a mobilidade de seus moradores é facilitada por um sistema de transporte próprio - ônibus contratado para realizar o deslocamento dos residentes até o centro da cidade, passando em seu trajeto por toda zona sul. Alguns condomínios mais sofisticados e construídos mais recentemente possuem helipontos, facilitando a circulação de seus habitantes, dado os engarrafamentos de trânsito, acidentes e seqüestros, comuns hoje no Brasil. Esses condomínios oferecem, na totalidade dos casos, serviços básicos no seu próprio espaço, incluindo entre outros, professores de ginástica, atividades de recreação, aulas de todos os tipos para distintas idades, esportes organizados, biblioteca, jardinagem, cuidados de animais de estimação, médicos, psicólogos, centro de mensagens, comida congelada, administração doméstica, cozinheiras, pessoal de limpeza, motorista, lava-auto, transporte e empregados para fazer compras de supermercado, restaurante, lanchonete etc.

Os condomínios horizontais contam com serviço de segurança coletiva e são compostos de unidades habitacionais construídas a partir de distintos projetos arquitetônicos, inseridas em terrenos de grandes áreas, existindo, em cada uma delas, e mesmo em cada uma das áreas de residência, estruturas sofisticadas de equipamentos, como piscina, quadra de tênis, salão de jogos.

Alguns autores relacionam os enclaves fortificados - porque portam, normalmente, elevados muros e sofisticados aparelhamentos de segurança, tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo (Caldeira, 2000), novas formas de segregação sócio-espacial - à mudança no padrão de desenvolvimento centro-periferia, dominante no crescimento das cidades brasileiras até os anos 1980. O padrão policêntrico, já consolidado

em Los Angeles, é uma das tendências sinalizadas no espaço urbano do Rio de Janeiro e São Paulo.

A Barra da Tijuca possui uma população de 82.702 habitantes e densidade demográfica de 23,0 hab/há. (IPLAN/Rio, 1999) Em relação ao rendimento médio mensal, de um total de 18.792 domicílios, 7.544 deles tinham seus chefes de família com rendimento médio mensal maior que 20 salários mínimos. (IPLAN/Rio, 1999) Trata-se de uma população com perfil de renda bastante elevada, em relação ao conjunto da cidade, já que cerca de 40% possuem renda superior a 20 salários mínimos, e esse segmento representa apenas 9% da população total da cidade do Rio de Janeiro e 31% da zona sul. Em relação às relações internas ao próprio bairro, pode-se observar uma certa homogeneidade, quando no outro extremo estão apenas 4,2% das famílias, com renda inferior a 5 salários mínimos. (Ribeiro, 1997) Registra-se ainda que uma parte importante dos moradores dessa região é classificada de "emergentes": pessoas que experimentaram ascensão social rápida a partir de sua inserção recente no setor financeiro e de serviços.

A desigualdade social, no entanto, se mostra em áreas contíguas a essa mesma região: diversas favelas, algumas delas históricas e já consolidadas, hoje denominadas bairros - como por exemplo, Rocinha e Vidigal -, outras de instalação recente, como Caminho do Bicho, a qual detém, no conjunto das favelas cariocas, o mais baixo nível de qualidade de vida; o que pode caracterizar nesse mesmo território um processo de heterogeneização sócio-econômica. Desse modo, esse padrão de urbanização, marcado por enclaves fortificados, é acompanhado pelo crescimento das favelas e pela expansão de moradias precárias em áreas de domínio da União.

Como já nos referimos acima, processo correlacionado é a escalada da violência urbana, a qual tem contribuído para isolar ainda mais as favelas do conjunto da cidade do Rio de Janeiro, espaços hoje considerados perigosos. Assim, a segregação sócio-espacial adquire novas complexidades e polarizações, vizualizando espacialmente antagonismos de classe:

- de um lado, enclaves fortificados, os quais por meio de muros fortalezas buscam esconder e proteger grupos sociais privilegiados, conferindo-lhes segurança social e *status*, com a adoção de um novo estilo de vida;

- de outro lado, muros de estigmas discriminando e separando os moradores das favelas dos demais contingentes populacionais do Rio de Janeiro. Esse processo de estigmatização, acirrado com o crescimento da violência urbana, verifica-se também nos guetos norte-americanos, embora com outras particularidades, e nas periferias urbanas inglesas e francesas, a partir dos processos de desassalariamento e desfiliação do sistema de proteção social. (Wacquant, 2001)

Os dados sobre a cidade do Rio de Janeiro evidenciam que, se a segregação sócio-espacial reproduz no território urbano a divisão social do trabalho, historicamente constituída com o desenvolvimento do capitalismo, a emergência de enclaves fortificados, subordinada à essa mesma determinação, é um fenômeno recente, especialmente visível na Barra da Tijuca, a partir de 1970, podendo estar relacionados a investimentos importantes, oriundos do BNH ali aplicados, em infra-estrutura urbana e habitação para camadas médias altas. Tendo, nos anos 1980, uma retração do mercado imobiliário, em decorrência da falência do sistema financeiro de habitação, os novos condomínios fechados, de tipo residencial, passaram a se especializar em unidades de alto luxo.

Nesse período, constata-se um aumento da população favelada movido pela crise econômica, já que não se verificou um crescimento demográfico que o justificasse. O poder público, buscando intervir nessa questão, implementou programas pontuais, de instalação suportes de infra-estrutura urbana (por exemplo, redes de luz e de água, pavimentação de ruas), sem jamais se fazer acompanhar de um programa de alto alcance para a redução do processo de segregação sócio-espacial.

Nessa mesma conjuntura, verificou-se ainda o crescimento de grupos ligados ao narcotráfico, com a quase anuência do poder público, que têm um de seus pólos localizados em favelas. Os seus tentáculos de redes, ligados a instituições estatais, o que se convencionou denominar de “narcopoder”, já observado em outros países da América Latina, não são jamais sublinhados, perante a sociedade, e nem ganham visibilidade social por meio da mídia.

Favoreceu a constituição dessas redes o uso dos novos meios de comunicação, advindos da revolução informacional. O processo recente de privatização da rede de telefonia, no Brasil, contraditoriamente, democratizou o acesso à rede de telefones fixos e celulares, expandindo o seu uso para as frações menos aquinhoadas das classes trabalhadoras,

fixadas na periferia da cidade do Rio de Janeiro, que de certa maneira os vincula ao mercado de trabalho, mesmo informalizado. A interdição de sua utilização por dirigentes da rede de narcotráfico, detidos em presídios, tem sido um problema que vem polarizando a ação de governantes, confrontada pela opinião pública. O aumento de poder do narcotráfico, que vem sendo difundido especialmente pela mídia, fez com que se aprofundasse, no conjunto da sociedade, a discriminação das populações faveladas, fazendo acentuar o processo de segregação sócio-espaçial no Rio de Janeiro.

O espaço público de favelas no Rio de Janeiro tem sido dominado e privatizado pelos grupos do narcotráfico, que se impõem pela detenção de um verdadeiro arsenal de armas, como também via mediações assistenciais, como revela a pesquisa que realizamos:

...as favelas da Praia da Rosa e de Sapucaia (...) constituíam, até a urbanização, territórios quase privatizados por grupos ligados a atividades criminosas, que formavam um poder paraestatal, mantendo sua dominação pelo uso da força e da persuasão, como por mecanismos assistencialistas e clientelistas (...) na ausência do poder público como mediador dos conflitos, o estabelecimento do espaço público teve, ao longo dos anos, sua especificidade definida em função de um pacto de convivência entre associação de moradores, o narcotráfico e a população... (Gomes, 2002, p. 179, 178)

Desde 1984, o grupo de pesquisa e extensão "Favela e Cidadania" da Escola de Serviço Social da UFRJ está inserido nas Favelas de Praia da Rosa e Sapucaia trabalhando diferentes temáticas, inclusive a questão do narcotráfico, com financiamento de diversos órgãos de fomento, especialmente do CNPq. O trabalho de extensão desenvolvido em termos de assessoramento às Associações de Moradores das duas favelas possibilitou o acesso a um conjunto de dados preciosos para a pesquisa, principalmente no que se refere às relações da população/ associação e grupos ligados ao tráfico de drogas nessas favelas.

Numa mesma região do Rio de Janeiro, por exemplo, a da Barra da Tijuca, há no espaço residencial a reprodução da contradição social - favelas cada vez mais estigmatizadas e crescimento de enclaves fortificados, os quais abrigam segmentos sociais de elevada renda. De onde se pode afirmar que em espaços territoriais contíguos, grupos sociais oriundos de classes sociais divergentes encontram-se separados por fortificações e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou

interagir em espaços públicos, mesmo porque o deslocamento através de helicópteros, utilizado por moradores dos enclaves fortificados, possibilita a seus moradores a dispensa de transportes rodoviários coletivos e mesmo individuais. Por outro lado, ainda que distanciados do seu entorno imediato, encontram-se conectados, pelo uso das redes telemáticas, a espaços e a outros grupos sociais de nível sócio-econômico similar e a outros espaços globalizados.

A configuração do padrão de segregação sócio-espacial, com a presença de enclaves fortificados, consolidou-se a partir dos anos de 1990, sendo estes portadores de uma infra-estrutura urbana básica (equipamentos e serviços públicos, mesmo que em grande parte privados) e redes de gestão de fluxos materiais e imateriais.

Trabalhamos com a hipótese de que na Barra e em bairros da zona sul se concentram a infra-estrutura para gestão de fluxos imateriais que dão suporte a redes de cooperação produtiva, servindo-se das instalações telemáticas. Observamos ainda que em favelas aí situadas a presença de uso da rede de internet, tv a cabo. Por exemplo, a Rocinha, considerada a maior da América Latina, tem constituída uma página na Internet, sendo freqüente o uso de e-mail. Essa recorrência pode ser considerada como indícios de um tipo de "integração social"? Esse fenômeno vem sendo um dos objetos de nossa pesquisa. Embora no quadro apresentado por Lojkine (1995, p. 79), ele contraponha segregação urbana (revolução industrial) *versus* integração urbana de funções em rede (revolução informacional), temos como hipótese que a segmentação social vem sendo agravada em nosso país, mesmo com a introdução de recursos informacionais no cotidiano de frações das classes subalternas, com o registro de traços da vigência dos seguintes processos:

- segmentação em relação aos territórios regionais contíguos;
- aumento quantitativo e qualitativo das segmentações e dos conflitos sociais urbanos e da violência urbana, num quadro de guerra civil;
- integração das grandes e médias cidades às cidades globais, internacionalizadas, e desintegração em relação às demais cidades e vilas do território nacional;
- níveis de atraso em termos de capacidade instalada das infra-estruturas, base das superinfóvias, tanto nas grandes e médias cidades nacionais, em relação às cidades globais, internacionalizadas, como das primeiras em relação às demais regiões do país;

- níveis de atraso em termos de capacidade instalada dessas infra-estruturas em regiões empobrecidas no interior das grandes e médias cidades do país, agravando o processo de segregação sócio-espacial urbano. (Rauta Ramos, 2002, p. 63)

De todo modo, as novas configurações dos espaços residenciais recriam padrões de segregação sócio-espacial, ratificando a separação de grupos sociais de interesses antagônicos, em que grupos sociais homogêneos, determinados pela posição que ocupam na divisão sócio-técnica do trabalho, se fixam em espaços residenciais diferenciados: seja em favelas, cada vez mais estigmatizadas pelo crescimento da violência urbana, seja em enclaves fortificados, isolados de seu entorno imediato, aparecendo e se percebendo como diferentes, com o aprofundamento das diferenças de classes e dos processos de fragmentação social.

Alguns autores, como Caldeira, examinam esse processo a partir de concepções liberais:

O novo padrão de segregação espacial mina os valores de acessibilidade, liberdade de circulação e igualdade que inspiraram o tipo moderno de espaço público urbano e o substitui por um novo tipo de público que tem a desigualdade, a separação e o controle de fronteiras como valores estruturantes. (Caldeira, 2000, p. 13)

Os condomínios fechados localizam-se em regiões distantes da cidade, deslocando segmentos populacionais privilegiados, moradores anteriormente de áreas nobres tradicionais próximas ao centro urbano; o que se comprova quando analisamos o número de habitantes de alguns bairros da zona sul, especialmente Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Jardim Botânico, os quais tiveram, no período compreendido entre 1991 e 1996, um decréscimo em relação a sua população. A população do Leme em 1991 era 13.848 e de 13.360 em 1996. Em Copacabana em 1991 a população era de 155.832 e 155.476 em 1996. Em Ipanema em 1991, a população era de 48.245 e 47.073 em 1996. No Leblon, em 1991 a população era de 49.930 e 47.736 em 1996. No Jardim Botânico, em 1991 a população era de 19.434 e 18.325, em 1996. Na Tijuca, em 1991 a população era de 174.346 e 162.637, em 1996. (IPLAN/Rio, 1999). No bairro da Tijuca, tradicional de camadas médias, localizado na zona norte, foi também observado um decréscimo do número de habitantes, no período mencionado. Como observamos acima, o aumento da violência urbana tem contribuído para a expansão de enclaves fortificados, tornan-

do-se a região da Barra o espaço mais almejado pelas frações da burguesia e camadas médias altas.

Paralelamente às mudanças analisadas acima, constatam-se também alterações na dinâmica e a distribuição de atividades econômicas, com o crescimento de atividades terciárias. De acordo com o observado, a Barra da Tijuca passa a abrigar, cada vez mais, além dos condomínios de luxo, conjuntos de escritórios e um novo tipo de comércio realizado no interior dos *shopping centers*, atraindo altos investimentos, principalmente imobiliários, o que acarreta um crescimento populacional acentuado em direção à zona oeste da cidade. Uma nova onda de desenvolvimento urbano se antecipa nessa região, com os elevados investimentos infra-estruturais realizados a partir da década de 1990.

Além da urbanização de sua orla até a praia de Grumari, houve a duplicação da avenida das Américas (sendo abertas na Barra mais duas vias, perfazendo quatro vias, e o trecho do Recreio dos Bandeirantes, ampliado com uma segunda via e provendo de iluminação pública), e a instalação da Linha Amarela, ligando Zona Norte à Zona Oeste. Esta última possibilitou, de um lado, o acesso mais rápido da população da Barra ao Aeroporto Internacional do Galeão, localizado na Ilha do Governador, e de outro lado, a socialização do espaço das praias (Barra, Recreio e Grumari) e ampliação de oportunidades de trabalho, com a criação de transporte coletivo ligando essa região à Zona Norte e Baixada Fluminense, permitindo desse modo o deslocamento de camadas pobres das classes subalternas.

Nos últimos dez anos, as regiões metropolitanas brasileiras mais importantes, inclusive a do Rio de Janeiro, têm apresentado uma elevada taxa de crescimento das periferias: enquanto nestas sua população cresceu em 30%, nas áreas nobres houve apenas um aumento de 5%. As cidades médias brasileiras apresentaram um crescimento da renda *per capita* em torno de 3%; no entanto, nas periferias das grandes cidades, o movimento foi inverso, sua renda caiu em 3% (Revista VEJA, 24 de janeiro de 2001, p. 86); o que demonstra que as periferias estão cada vez mais populosas e mais empobrecidas.

Nessa conjuntura, sob pressão de lutas urbanas - que favoreceram o crescimento do Partido dos Trabalhadores em municipalidades brasileiras, adotando experiências inovadoras em todo o país em favor das camadas subalternas - e em face da nova legislação formulada para as cidades, a partir da Constituição de 88, o governo municipal do Rio de

Janeiro elaborou um projeto de recuperação das favelas, denominado “Programa Favela-Bairro”, visando introduzir melhorias na infra-estrutura urbana. (Rauta Ramos, p. 169-183)

Embora tenha contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de favelas, tal iniciativa está longe de resolver as questões relativas às desigualdades sociais, já que no marco do capitalismo essa intervenção fica restrita aos aspectos físicos/urbanísticos, não atingindo as determinações sociais e econômicas da questão segregativa, as quais estão relacionadas à lógica da acumulação capitalista.

Pode-se, sem dúvida, afirmar que as favelas, enquanto espaços residenciais, são áreas historicamente relegadas pelo Estado brasileiro, cuja população encontra-se situada no nível mais baixo da divisão social hierarquizada do trabalho; portanto, essas faixas de população não conseguem usufruir os “direitos de cidadania”, tão presentes no discurso oficial.

Resta ainda acrescentar que, as favelas no Rio de Janeiro não constituem um conjunto espacial urbano homogêneo, podendo-se nelas se identificar pelo menos três agrupamentos:

- a) as mais antigas e mais consolidadas, com estrutura de um bairro, como é o caso da Rocinha, a qual do ponto de vista da configuração interna sócio-econômica apresenta um quadro bastante heterogêneo;
- b) aquelas que sofreram um processo de urbanização planejada, com certo grau de homogeneidade, por exemplo, Praia da Rosa e Sapucaia, na Ilha do Governador, alvos do Programa Favela-Bairro;
- c) as localizadas na periferia da cidade, de formação mais recente, bastante homogêneas, na medida em que abrigam frações de trabalhadores mais empobrecidos, que se conformaram na periferia da cidade.

Para os habitantes da “cidade formal” (Maricato, 1996), as favelas são identificadas como espaços de criminalidade, ligados ao tráfico de drogas, com uma representação negativa que aprofunda, ainda mais, a segregação sócio-espacial de seus habitantes. Mesmo após a intervenção do governo com o Projeto Favela-Bairro, a violência foi acirrada através do tráfico de drogas e o uso de uma política de segurança pública repressiva e arbitrária.

O crescimento da violência urbana está, de fato, relacionado à crise estrutural do capitalismo que, a partir da década de 1970, veio acentuar o nível de desigualdade social; vincula-se, portanto, à política neoliberal, adotada também pelo Estado brasileiro, caracterizada pela flexibilização das relações de trabalho (sob a justificativa de ser exigência da atual reestruturação produtiva e globalização da economia), ao desmantelamento de instituições de bem-estar social e à conseqüente redução da intervenção pública na área social. Os mais atingidos são aqueles trabalhadores vulnerabilizados, moradores de favelas, cada vez mais estigmatizados e colocados à parte da "cidade formal". Nesses espaços urbanos, segregados, onde o tráfico de drogas domina o território, a discriminação, a violência e a pobreza levam a uma situação de barbárie. As expressões desse fenômeno vêm desmistificar antigas ilusões sobre a conquista da cidadania, o direito de todos à cidade, a oportunidades iguais para todos, indicando que, sob o capitalismo, as conquistas democráticas, mesmo as já formalizadas em legislações, em conjunturas adversas, podem retroceder, a depender da correlação de forças.

Contudo, os movimentos de resistência, presentes na dinâmica urbana brasileira, têm desempenhado um papel importante na superação dos limites postos à liberação humana no contexto do capitalismo. E hoje, com a vitória da eleitoral da esquerda, elegendo o Presidente da República e aumentando consideravelmente a correlação de forças no Congresso Nacional, especialmente na Câmara de Deputados, podemos dizer que, pelo menos, o marco político se altera: afastamo-nos cada vez mais dos tempos discriminatórios da ditadura militar; e ainda (dominados pelo clima da vitória eleitoral) podemos antever uma nova página na história brasileira, em direção a uma relação mais fluente entre Estado e Sociedade, na construção de um processo de reversão das desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

- BOCCARA, Paul. "Algumas indicações sobre a Revolução Informacional." em: *La Pensée*, 241, setembro de 1984.
- BRUN, Jacques e RHEIN, Catherine (org.). *La ségrégation dans la ville*. Paris: Harmattan, 1994.
- CALDEIRA, T. P. R. - *Cidade de Muros- crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ED. USP, 2000.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COCCO, G. *Trabalho e cidadania, produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.
- LAGO, Luciana Corrêa "Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial na metrópole do Rio de Janeiro: novas tendências em tempo de crise." Em: *Cadernos IPPUR* (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), Ano X, nº 2 agosto, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- "Alternativas em face da mundialização; a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade." em: RAUTA RAMOS, M.H., 2002, p. 21-34.
- MARICATO, Hermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Estudos Urbanos. Série Arte e Vida Urbana. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MÉSZÁROS, Isván Para além do capital. *Rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NEGRI, A. & LAZZARATO, M. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PRETECEILLE et alli.. *Ségrégation urbaine*. Paris: Ed. Anthropos, 1986
- RAUTA RAMOS, M. H. *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002^a
- "Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialidades: as redes de cooperação política." em: RAUTA RAMOS, M.H. (org.), 2002^b, p. 35-64.
- "Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial." em: RAUTA RAMOS, M.H. (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002^c, p. 133-150.
- RAUTA RAMOS, M. H. e SOUZA BARBOSA, M. J. "Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras". In. RAUTA RAMOS, M.H. (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. R.J., DP&A, 2002, p. 85-111.
- TOPALOV, Christian. *Les promoteurs immobiliers - contribution à l'analyse de la production capitaliste du logement en France*. France: Mouton, 1974.
- Estruturas agrárias brasileiras*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- "Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil." em: FORTI, Reginaldo (Organizador). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 53-80.
- Le profit, la rente et la ville - éléments de théorie*. Paris: Economica, 1984.
- Le logement en France - Histoire d'une marchandise impossible*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987.

"Fazer a História da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965." em: Espaço & Debates, nº 23, ano VIII, 1988.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos Cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR/UFRJ: FASE, 1997.

"Segregação, acumulação urbana e poder: classes sociais e desigualdades sociais." em: *Planejamento e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ e DP&A, 2002, p. 77-103.

SPOSITO, Marília P. "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade." em: *Revista de Sociologia da USP*. Tempo Social. Vol. 5 nºs. 1-2 nov. 1994.

WACQUANT, Loic. *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro: Renavan, FASE, 2001.

Documentos estatísticos utilizados

Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo/ Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, setembro de 2000.

Favelas Cariocas - Índice de Qualidade Urbana. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos/Coleção Estudos da Cidade, 1997.

Potencial Econômico dos Bairros do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN/RIO, 1999.